4º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site <https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/> pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

5º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

6º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal."

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remissão. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

13º) Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br.

14º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

15º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

16º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC.

17º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.

18º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 29/01/2024

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CONTAGEM/MG - JUSTIÇA GRATUITA - Edital de Interdição, na forma a seguir: O Dr. Ricardo Vianna da Costa e Silva, MM. Juiz de Direito perante a 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Contagem, na forma da lei, etc..., FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo, nos autos de nº 5045752-24.2023.8.13.0079 do pedido de CURATELA/INTERDIÇÃO, requerido por MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO FERMAU, que decretou a curatela do interdito EUPIDIO FERMAU, brasileiro, casado, portador da CI nº MG-749.724, CPF nº 245.513.506-30, nascido em Corrego do Nobre/ES, aos 24/01/1958, filho de João Fermou e Alvina Jorge Fermou, conforme sentença datada de 01/12/2023, do teor seguinte: "VISTOS, etc... Por todo o exposto, JULGO procedente o pedido pra submeter EUPIDIO FERMAU, à curatela para a prática de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando a autora curadora." E, para o conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado, na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, aos 31 de janeiro de 2024. Eu, Elói Fabrício Neiva, Escrivão Judicial, o digitei e subscrevi. Dr. Ricardo Vianna da Costa e Silva.

EDITAL DE OFERTA PÚBLICA, POR MEIO DE CERTAME JUDICIAL VIRTUAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS FECHADAS, PARA ALIENAÇÃO DE PARTE DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA. 1ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DE CONTAGEM, ESTADO DE MINAS GERAIS. Edital expedido nos autos nº 6005403-40.2015.8.13.0079, correspondente ao processo de recuperação judicial de Supermix Comercial S.A. - Em Recuperação Judicial, Grupo Forte Atacadista, Participações e Empreendimentos Eireli - Em Recuperação Judicial; Radial Distribuição Ltda. - Em Recuperação Judicial, M.S.M. Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Recuperação Judicial e Horba Sociedade Agro Industrial Ltda. - ME - Em Recuperação judicial, em conjunto denominados ("Recuperandas" ou "Grupo Radial"), cujo plano de recuperação judicial aditivo juntado no ID 9633270878 dos autos da Recuperação Judicial foi devidamente aprovado em assembleia geral de credores ("AGC") realizada no

dia 18 de outubro de 2022 e homologado em decisão proferida no dia 24 de outubro de 2022, complementada por decisão proferida em 16 de dezembro de 2022 ("Plano

Aditivo"). Nos referidos autos, o Dr. Rogério Braga, Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, FAZ SABER, a quem o presente edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que o Grupo Radial pretende alienar em certame judicial mediante apresentação de propostas fechadas, com amparo nos artigos 60, parágrafo único, 66-A, 141, inciso II, e 142, V da Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), uma unidade produtiva isolada devidamente descrita e pormenorizada no Plano Aditivo e nos autos da Recuperação Judicial, servindo o presente Edital para promover e estabelecer as condições para o Processo Competitivo, ficando todos os interessados cientificados de que poderão apresentar uma ou mais Propostas Fechadas para a aquisição da unidade produtiva isolada descrita abaixo, respeitados todos os demais termos e condições estabelecidos no Plano Aditivo. Todos os termos definidos utilizados neste Edital e aqui não definidos terão a definição que lhes foi atribuída no Plano Aditivo. 1. Objeto. Este Edital tem por objeto a alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, conforme descrita na Cláusula 5 do Plano Aditivo e abaixo, mediante a realização de processo competitivo específico, na modalidade de propostas fechadas, nos termos dos artigos 60, 66-A e 142, V, da Lei de Recuperação Judicial, em sessão virtual, presidida pelo Administrador Judicial, observados os requisitos do procedimento descrito a seguir, sem que o adquirente suceda às Recuperandas em quaisquer dívidas, contingências e obrigações de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos do artigo 60, parágrafo único, e 141, inciso II, da LRF ("UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1").

1.1. UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1. A UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 é composta pela integralidade do imóvel de matrícula nº 24.618 do Cartório de Registro de Imóveis de Igarapé, Estado de Minas Gerais, nos termos dos artigos 60 e 142 da LRF. 2. Constituição da UPI. As Recuperandas poderão organizar a UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 mediante qualquer forma em direito admitida, especificamente para ser alienada, integralmente ou em frações, na forma do Plano Aditivo e deste Edital.

3. Valor Mínimo. O Processo Competitivo para alienação da UPI Fazenda

Vargem Grande Gleba 1 admitirá apenas Propostas Fechadas em dinheiro e à vista, no valor mínimo de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Propostas Fechadas que não atingirem esse valor serão imediatamente descartadas para todos os fins, não se qualificando como uma Proposta Fechada válida para fins de aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1. 4. Criação de Data Room. Até a data de publicação deste Edital, as Recuperandas criarão um data room virtual com as informações necessárias para a avaliação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, bem como disponibilizarão equipe responsável por responder às dúvidas dos interessados em adquiri-la. O acesso ao data room será disponibilizado aos interessados mediante a apresentação de termo de confidencialidade assinado, conforme minuta a ser disponibilizada pelo Grupo Radial aos interessados que assim solicitarem. O acesso ao data room deverá ser disponibilizado em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento, pelas Recuperandas, do respectivo termo de confidencialidade, devidamente assinado.

4.1. Acesso in loco. As Recuperandas se obrigam a franquear o acesso in loco a quaisquer interessados na aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, caso aplicável, para que possam verificar o estado dos bens e ativos que serão vendidos da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1. 5. Dispensa de

avaliação judicial. O Grupo Radial, agindo com transparência e boa-fé, visando à celeridade dos trâmites necessários para a implementação da alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, à maximização do valor dos ativos e à redução de custos no procedimento, entende por bem dispensar a realização de uma nova avaliação judicial, além daquela que já consta nos autos da Recuperação Judicial, com o que, desde já, os Credores concordaram mediante aprovação do Plano Aditivo.

6. Habilitação dos Interessados. Em até 5 (cinco) dias corridos após a publicação deste Edital no DJE, os interessados em participar do Processo Competitivo - pessoas naturais ou jurídicas - com exceção do Primeiro Proponente -, deverão habilitar-se por meio do protocolo de petição nos autos da Recuperação Judicial, informando seu interesse em oferecer eventual Proposta Fechada para aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 e declarando-se expressamente ciente de que incorrerá em multa e indenização em caso de inadimplemento das obrigações assumidas na Proposta Fechada apresentada.

6.1. A petição de habilitação na forma da Cláusula acima deverá estar acompanhada de documentação que comprove a capacidade financeira de compra e idoneidade comercial do proponente, notadamente extrato de aplicação financeira com liquidez diária ou demonstrativo de caixa ou carta de crédito emitida por Banco de Primeira Linha, sem prejuízo da disponibilização de quaisquer outros documentos necessários para a avaliação creditícia e cumprimento das normas regulatórias aplicáveis a critério do interessado.

7. Proposta Vinculante UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1

A sociedade empresária Lotes Capital e Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 38.261.516/0001-62, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Pamplona, nº 724, 7º andar, Conjunto 77, bairro Jardim Paulista - CEP 01.405-001, representada por Luiz Henrique Pereira, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade MG 20058644, SSP MG, inscrito no CPF nº 020.395.026-70 e Jorge Antônio Norberto, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade MG 16690326, SSP MG, inscrito no CPF nº 906.335.475-49, apresentou Termo de Compromisso, no qual se obrigou a apresentar Proposta Vinculante para a aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, cujos termos constam acostados nos autos da Recuperação Judicial, garantindo que, mediante a conclusão deste Processo Competitivo, haverá a efetiva alienação da UPI, fazendo jus, portanto, aos direitos e prerrogativas abaixo para a qualidade de Primeiro Proponente.

8. Dispensa de Habilitação do Primeiro Proponente. A Lotes Capital e Participações S.A., na qualidade de Primeiro Proponente, será considerada automaticamente como interessada, qualificada e habilitada para participar deste Processo Competitivo de alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, e está dispensada de cumprir quaisquer das obrigações previstas no Plano Aditivo para essa finalidade.

9. Condições Mínimas e Entrega das Propostas Fechadas. Os interessados devidamente habilitados na forma deste Plano Aditivo deverão entregar suas Propostas Fechadas ao Administrador Judicial, respeitadas as condições mínimas de aquisição estabelecidas para o Processo Competitivo descritas abaixo, em envelopes lacrados, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da sessão de abertura das Propostas Fechadas do Processo Competitivo, mediante (i) entrega presencial na sede do Administrador Judicial, na Rua Tomé de Souza, nº 830, conj. 401/406, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-136, ou (ii) envio via correio, com aviso de recebimento, aos cuidados do Administrador Judicial e no mesmo endereço

indicado no item (i) acima, sendo certo que, nessa hipótese, serão considerados para fins de verificação do cumprimento do prazo de entrega das Propostas Fechadas a data e o horário do recebimento da Proposta

Fechada pelo Administrador Judicial, e não a data e o horário de envio pelo proponente interessado.

9.1. As Propostas Fechadas deverão contemplar como preço líquido de aquisição um montante equivalente a 100% (cem por cento) do Valor

Mínimo da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, indicado na Cláusula 3

deste Edital, a ser pago à vista, sob pena de serem desclassificadas para fins

de participação no Processo Competitivo.

9.2. Não será aceita qualquer condição, suspensiva ou resolutiva, ou que

exija a imposição de ônus adicionais às Recuperandas ou aos Credores, de modo que eventuais Propostas Fechadas que contiverem disposições nesse sentido serão automaticamente desconsideradas.

9.3. As Propostas Fechadas poderão ser apresentadas conjuntamente por

mais de um interessado, desde que todos estejam devidamente habilitados na

forma do Plano Aditivo. O(s) proponentes(s) será(ão) responsável(is) em

caráter solidário, nos termos dos artigos 264 e seguintes do Código Civil,

pelo cumprimento de todas as disposições da respectiva Proposta Fechada,

incluindo o pagamento do preço de aquisição, caso consagrada como Proposta Vencedora.

9.4. Os interessados deverão apresentar, juntamente com a proposta, carta de fiança emitida por

instituição financeira de primeira linha registrada no Banco Central do Brasil garantindo o preço total

para aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, observado o valor mínimo estabelecido

para o Processo Competitivo

10. Direito de Preferência da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1. Em

contrapartida aos esforços despendidos na apresentação da Proposta da UPI

Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 e à garantia de sucesso na alienação do referido ativo, o Primeiro

Proponente terá assegurado a seu favor direito de preferência na aquisição da UPI Fazenda Vargem

Grande - Gleba 1, de modo que, durante a audiência para abertura das Propostas Fechadas para aquisição

da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, após divulgação de todas as propostas existentes, o

Primeiro Proponente poderá igualar ou majorar a referida proposta no prazo de até 5 (cinco) dias

corridos a contar do término da audiência de abertura das Propostas Fechadas. Exercido o Direito

de Preferência da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 para igualar ou cobrir a melhor proposta

apresentada no Processo Competitivo, o Primeiro Proponente se consagrará vencedor do Processo

Competitivo para alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1.

11. Audiência para Abertura das Propostas Fechadas. A audiência para

abertura das Propostas Fechadas deste Processo Competitivo para alienação da

UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 será presidida pelo Administrador Judicial e realizada em

ambiente virtual, por videoconferência a ser transmitida por meio de plataforma digital a ser

informada pelo Administrador Judicial, no dia 20 de fevereiro de 2024, às 14 horas, conforme

procedimento e instruções indicados no Plano Aditivo e neste Edital, podendo comparecer os

interessados devidamente habilitados que tenham apresentado suas Propostas Fechadas de forma

temporária e que observe as demais condições mínimas estabelecidas no Plano Aditivo e neste

Edital. No curso da audiência, o Administrador Judicial promoverá a abertura de todas as Propostas

Fechadas apresentadas, com a transmissão simultânea do ato, e verificará se todas as condições mínimas previstas neste Edital e no Plano Aditivo foram cumpridas - e, caso não tenham sido cumpridas, automaticamente as desconsiderará para fins deste Processo Competitivo -, anunciando o teor de cada Proposta Fechada aos presentes.

12. Instruções de Participação da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. Para participação da audiência para abertura das Propostas Fechadas no contexto deste Processo Competitivo, as pessoas aptas a participar de referidos eventos, conforme

previsto neste Edital, deverão observar os seguintes passos: (i) encaminhar, até o Dia Útil imediatamente

anterior à data da realização da audiência prevista na Cláusula 11 deste Edital, 1 (um) endereço eletrônico

(e-mail) válido e 1 (um) número de telefone celular válido

ao e-mail informacao@inocenciodepaulaadogados.com.br,

para onde serão direcionados os convites eletrônicos para acesso à sala virtual de realização da audiência

do Processo Competitivo; (ii) recebidas as informações, o convite para participação da audiência do

Processo Competitivo será encaminhado de maneira definitiva aos interessados por e-mail, não sendo possível a modificação do

convite e/ou reenvio para outro endereço eletrônico; (iii) a cada pessoa apta a participar de referido

evento será disponibilizado somente 1 (um) convite de acesso, independentemente da quantidade de

procuradores ou prepostos indicados, e somente via 1 (um)

endereço eletrônico indicado, observando-se que, caso seja indicado mais de um endereço eletrônico

válido, o Administrador Judicial poderá encaminhar o convite de acesso à sala virtual de realização do

Processo Competitivo para qualquer um deles, sendo de inteira responsabilidade do interessado identificar

para qual endereço eletrônico o convite foi remetido; (iv) durante todo o evento da audiência do Processo

Competitivo, os participantes deverão manter seus microfones desligados e poderão abri-los apenas

quando forem autorizados pelo Administrador Judicial; (v) os participantes que desejarem fazer

perguntas ou se manifestarem durante a audiência deverão assim solicitar via chat, para que o

Administrador Judicial organize os pedidos e conceda o direito de voz na ordem de solicitação,

sendo que qualquer manifestação sem a autorização do Administrador Judicial será imediatamente

silenciada; (vi) na ocorrência de perda de conexão ou necessidade de suporte durante os trabalhos,

qualquer pessoa poderá contatar imediatamente o Administrador Judicial; (vii) a audiência para

abertura das Propostas Fechadas deste Processo Competitivo será transmitida ao vivo via link a ser

informado pelo Administrador Judicial antes da realização da audiência do Processo Competitivo;

(viii) os participantes que desejarem se fazer representar por procurador deverão entregar, com

antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) do início da audiência estabelecida neste Edital, ao

Administrador Judicial, mediante envio também ao endereço eletrônico

informacao@inocenciodepaulaadogados.com.br,

documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação das folhas dos autos do processo de

Recuperação Judicial em que se encontrem tais documentos.

13. Proposta Vencedora e Homologação judicial. Será automaticamente considerada vencedora a

Proposta Fechada que apresentar o maior preço líquido de aquisição e for igual ou superior ao Valor

Mínimo. Em caso de empate entre pelo menos 2 (duas) Propostas Fechadas que contemplarem preço

de aquisição igual ou superior ao Preço de Referência da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba

1, a definição da Proposta Vencedora caberá às Recuperandas e será formalizada no ato de abertura

das Propostas Fechadas. Caso tenham sido apresentadas somente Propostas Fechadas que

contemplem preço líquido de aquisição inferior ao Valor Mínimo, será realizado novo Processo

Competitivo para alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, cujo Preço de Referência poderá ser alterado a exclusivo critério das Recuperandas.

14. Homologação Judicial das Propostas Vencedoras. A Proposta

Vencedora do Processo Competitivo da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação, que declarará o(s) vencedor(es) livre(s) de quaisquer ônus, contingências ou sucessão de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos dos arts. 60, parágrafo único, e 141, II, da LRF, devendo a decisão que homologar a Proposta Vencedora determinar expressamente o cancelamento dos atos de constrição, ônus, gravames, premonitórios, pendências, bloqueios e quaisquer outros que eventualmente recaiam sobre os bens que compõem a UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1, bem como a imediata baixa de todos os gravames, de modo a viabilizar o registro da alienação no Oficial de Registro de Imóveis competente. A decisão homologatória da Proposta Vencedora servirá como ofício para todos os atos de cancelamento e registro, sem prejuízo da celebração da competente escritura.

15. Transferência do ativo e pagamento do preço. O preço de aquisição da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 deverá ser pago pelo adquirente à vista em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data da decisão que homologar a Proposta Vencedora. Verificado o pagamento do preço de aquisição, será registrada a transferência da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 por meio da celebração de escritura pública que respeite os termos do Plano Aditivo e deste Edital de alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1.

16. Destinação dos Recursos. Os recursos decorrentes da alienação da UPI

Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 serão utilizados pelo Grupo Radial conforme previsto no Plano Aditivo.

17. Processos Competitivos Subsequentes e Venda Direta. Caso, por qualquer motivo, o Processo Competitivo de alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 seja frustrado, as Recuperandas poderão realizar quantos novos Processos Competitivos forem necessários até que a alienação se concretize, sendo que o intervalo entre eles deverá ser de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar do término do Processo Competitivo anterior. Caso o Processo Competitivo seja frustrado, as Recuperandas poderão requerer ao Juízo a autorização para que a alienação da UPI Fazenda Vargem Grande - Gleba 1 se dê por meio de venda direta, na forma do artigo 66 da LRF. E, para que chegue ao conhecimento geral e produza os efeitos pretendidos, é expedido o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, aos 31 de janeiro de 2024. Jaqueline Campos Paulino, Gerente de secretaria, subscrevi e assino. MM. Juiz, Dr. ROGÉRIO BRAGA.

COMARCA DE CONTAGEM/MG - 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Contagem/MG - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CURATELA. Prazo de 10 (dez) dias - A Dra. Christiana Motta Gomes, MMª, Juíza de Direito desta 1ª Vara de Família e Sucessões de Contagem-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... Faz Saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que processaram-se os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO, processo nº 5047030-94.2022.8.13.0079, a qual foi julgado parcialmente procedente o pedido para submeter à curatela MARIA NILZA VIANA, por sentença datada de 02/11/2023, transitada em julgado, devendo a curatela ser exercida na medida de tutela aos interesses negociais e patrimoniais do curatelado, com as ressalvas do §1º do art. 85 da Lei

13.146/2015, tendo sido nomeado curador o Sr. JOSE ANTONIO DE FARIA, e para conhecimento de todos e ninguém alegar ignorância no futuro, expediu-se este, que vai, publicado e afixado no átrio do Fórum. Publicar por três vezes, sendo esta a PRIMEIRA. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, MG, aos 31 de janeiro de 2024. Eu, (a.) Karine Ladeia Loiola Nascimento, Escrivã Judicial, o digitei e assino. Dra. Christiana Motta Gomes - Juíza de Direito.

COMARCA DE CONTAGEM/MG - 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Contagem/MG - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CURATELA. Prazo de 10 (dez) dias - A Dra. Christiana Motta Gomes, MMª, Juíza de Direito desta 1ª Vara de Família e Sucessões de Contagem-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... Faz Saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que processaram-se os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO, processo nº 5017221-59.2022.8.13.0079, a qual foi julgado parcialmente procedente o pedido para submeter à curatela IRENE GONCALVES DOS SANTOS, por sentença datada de 27/10/2023, transitada em julgado, devendo a curatela ser exercida na medida de tutela aos interesses negociais e patrimoniais do curatelado, com as ressalvas do §1º do art. 85 da Lei 13.146/2015, tendo sido nomeado curador o Sr. JOSE APARECIDO GONCALVES DOS SANTOS, e para conhecimento de todos e ninguém alegar ignorância no futuro, expediu-se este, que vai, publicado e afixado no átrio do Fórum. Publicar por três vezes, sendo esta a PRIMEIRA. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, MG, aos 31 de janeiro de 2024. Eu, (a.) Karine Ladeia Loiola Nascimento, Escrivã Judicial, o digitei e assino. Dra. Christiana Motta Gomes - Juíza de Direito.

COMARCA DE CONTAGEM - Justiça Gratuita - SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM - Edital de citação com prazo de 15 dias - Processo:5023159-69.2021.8.13.0079 . A Exma. Senhora Dra. Juliana Elian Miguel, Juíza de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria, os autos do processo supra, em que é autora a Justiça Pública e acusada: Adriana Lúcia Del Bisogno, brasileira, nascida aos 05/02/1970, em Belo Horizonte, filiação Josélia Rosa Del Bisogno. Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual CITA a acusada Adriana Lúcia Del Bisogno, atualmente em lugar incerto ou não sabido, denunciado nas sanções do art. 58, do Decreto -Lei nº6259/44 nos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual, bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Assim, sendo, fica a acusada acima mencionada, citada a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 31/01/2024. Eu, Talita Costa Calaes, Escrivã Judicial, o subscrevo. A Exma. Juíza: JULIANA ELIAN MIGUEL

COMARCA DE CONTAGEM - Justiça Gratuita - SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM - Edital de INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA com prazo de 15 dias - Processo:0048908-42.2022.8.13.0079 . A Exma. Senhora Dra. Juliana Elian Miguel, Juíza de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria, os autos do processo supra, em que é autora a Justiça

Pública e acusados: DANILO PINHO LIMA, THIAGO FERREIRA DA SILVA e PAULO MARCELO DA SILVA. Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual INTIMA o acusado PAULO MARCELO DA SILVA, brasileiro, RG 22069909, natural de Belo Horizonte, nascido em 22/06/1999, filho de Marta Rosa Barbosa atualmente em lugar incerto ou não sabido, para comparecer à audiência de instrução e julgamento em continuação, designada para o dia 27/02/2024 às 13:00h, a ser realizada nesta secretaria, situada à Av. Maria da Glória Rocha, 425, Beatriz, Contagem, fone (31) 3399-8315. Fica o acusado, acima mencionado, intimado da audiência a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 31/01/2024. Eu, Talita Costa Calaes, Escrivã Judicial, o subscrevo. A Exma. Juíza: JULIANA ELIAN MIGUEL

PODER JUDICIÁRIO DE MINAS GERAIS
1ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM - MG
JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 15 DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO

O Bel. CARLOS JUNCEN RODRIGUES, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por esta Secretaria tem andamento os autos do processo de nº 0087363-47.2020.8.13.0079 em que é autora a Justiça Pública e réu (s) LEANDRO PRUDENTE GONCALVES, brasileiro, natural de Belo Horizonte/MG, portador da carteira de identidade nº MG-10.730.604, filho de Dalva Ramos Prudente Barbosa e Lécyr Lizir Gonçalves, nascido aos 20/03/1982, que residia na Rua Gomes Freire de Andrade, nº 380, Bairro Nacional - em Contagem/MG, o qual se viu incursionado nas sanções do artigo 180, caput do Código Penal, por crime praticado em 29/03/2020, sendo o presente para CITÁ-LO, já que se encontra em lugar incerto ou não sabido, para em 10 (dez) dias, responder, por escrito, à acusação que lhe é feita, bem como acompanhar os demais atos processuais, até final da sentença, sob pena de eventual aplicação ao caso do art. 366 e § 5º, do CPP, tendo o presente edital o prazo de 15 dias. Dado e passado em Contagem, 31 de janeiro de 2024. Eu, Tatiane Diniz Costa, Gerente de Secretaria, o digitei. MM Juiz.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CONTAGEM-MG. Edital de Citação. Prazo de 20 (trinta) dias. Dr. Vinícius Miranda Gomes, MM. Juiz de Direito desta Primeira Vara Cível de Contagem, em exercício e na forma da lei, etc., FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo C I T A Ronaldo Rodrigues da Rocha CPF 528.641.386-20 em local incerto e não sabido, para os termos e atos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que lhes move BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA CNPJ 52.568.821/0001-22, processo 5004205-48.2016.8.13.0079 para efetuar o pagamento da quantia de R\$ 32.121,50, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado e custas iniciais, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhorar e avaliar quantos bens bastem para a garantia da dívida, ficando ciente que a ausência de manifestação ensejará na nomeação de curador especial. E para o conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado, na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, aos 31 de janeiro de 2024. Eu, (a.) Luciana das Graças Mendes, Escrivã Judiciária substituta, o digitei e subscrevi. O MM. Juiz (a.) Vinícius Miranda Gomes.

CORINTO

Processos Eletrônicos (PJe)